

JESUALDO EDUARDO DE ALMEIDA JÚNIOR
Professor de Direito
Advogado em São Paulo

O CONTROLE DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre / 2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.953(81)

A447c

Código de barras: STJ00062776

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A447c

Almeida Júnior, Jesualdo Eduardo de

O controle da coisa julgada inconstitucional / Jesualdo Eduardo Almeida Júnior. - Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2006. 245 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 85-7525-357-3.

1. Coisa Julgada : Processo Civil: Brasil. 2. Coisa Julgada: Aspectos Constitucionais : Brasil. 3. Controle da Constitucionalidade : Brasil. 4. Constitucionalidade das Leis : Brasil, I. Título.

CDU - 347.953 Bibliotecária Responsável: Inês Peterle, CRB-10/631.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
LISTA DE ABREVIATURAS	17
1 INTRODUÇÃO	19
2 O DESENVOLVIMENTO DA COISA JULGADA	21
2.1 A coisa julgada entre os romanos	22
2.1.1 Da ação das leis: <i>legis actiones</i>	27
2.1.2 O processo formulário e o surgimento das <i>res judicata</i>	29
2.1.3 O processo da <i>cognitio extraordinária</i>	34
2.2 A coisa julgada na Carta Magna e nos demais documentos ingleses	36
2.3 A coisa julgada nos documentos revolucionários americano e francês	39
2.4 A coisa julgada na Declaração Universal dos Direitos do Homem	41
2.5 A coisa julgada no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	43
2.6 A coisa julgada no Brasil	45
3 A DOGMÁTICA DA COISA JULGADA NA PROCESSUALÍSTICA CONTEMPORÂNEA	51
3.1 A sentença	51
3.2 Os efeitos da sentença	55
3.3 Coisa julgada	59
3.4 Coisa julgada material e coisa julgada formal	66
3.5 Limites objetivos da coisa julgada	72
3.5.1 A fundamentação da sentença	75
3.6 Limites subjetivos da coisa julgada	84
3.7 Limites negativos da coisa julgada	90
3.7.1 Sentenças terminativas	91
3.7.2 Sentenças proferidas em ações de jurisdição voluntária	92
3.7.3 Sentenças proferidas em ações cautelares	93
3.7.4 Sentenças proferidas em ações de relações jurídicas continuativas	97
3.7.5 Sentenças proferidas em ações coletivas	98
3.7.6 A coisa julgada no processo penal	99
3.7.7 A ação rescisória	100
3.8 Fundamento da autoridade da coisa julgada	102
3.8.1 Teoria da presunção da verdade	102
3.8.2 Teoria da ficção da verdade	103



3.8.3 Teoria da força legal, substancial, da sentença	104
3.8.4 Teoria da eficácia da declaração	104
3.8.5 Teoria da extinção da obrigação jurisdicional	105
3.8.6 Teoria da vontade do Estado	106
3.8.7 Teoria de Carnelutti	106
3.8.8 Teoria de Calamandrei	107
3.8.9 Teoria de Liebman	109
3.9 Fundamento da coisa julgada: a proteção da segurança jurídica	115
 4 A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA	 121
4.1 A coisa julgada enquanto garantia fundamental	121
4.2 A relativização dos direitos fundamentais	130
4.3 A relativização da coisa julgada	134
4.4 Casos concretos que buscam relativizar a coisa julgada	142
4.4.1 Nas ações filiatórias	142
4.4.2 Nas ações contra o Poder Público	145
4.4.3 Justas indenizações	150
4.4.4 Sentenças proferidas em procedimentos de liquidação de sentença condenatória	152
4.4.5 Da sentença do mandado de injunção	157
4.4.5.1 Órgão julgador implementaria a norma faltante	157
4.4.5.2 Órgão julgador implementa a norma faltante apenas para o impetrante	159
4.4.5.3 Órgão julgador outorga diretamente o direito reclamado, e não a norma faltante	160
4.4.5.4 Órgão julgador daria ciência ao legislador, cominando-lhe prazo para solver a questão, sob pena da sentença ter efeito legislativo	160
4.4.5.5 Órgão julgador constitui o legislador em mora e permite pleitos indenizatórios subsequentes	161
4.4.5.6 A posição do Supremo Tribunal Federal	163
4.5 Da renúncia à coisa julgada	166
4.6 A coisa julgada versus coisa julgada	167
4.7 A coisa julgada e a segurança jurídica	169
 5 A COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL	 179
5.1 A constituição e o controle de constitucionalidade	179
5.2 Inconstitucionalidades formais e materiais	184
5.3 Formas de controle de inconstitucionalidades legislativas	186
5.3.1 Controle preventivo	188



5.3.2 Controle repressivo	188
5.4 A Coisa julgada inconstitucional	192
5.4.1 A relativização da coisa julgada inconstitucional	197
5.4.2 Os efeitos da decisão declaratória de inconstitucionalidade em relação à coisa julgada material já produzida em outros processos	203
5.5 A ação rescisória	208
5.6 Da ação de declaração de inconstitucionalidade: um rejuvenescimento à <i>querela nullitatis</i>	217
5.7 Os embargos à execução calcados em títulos judiciais inconstitucionais	221
5.8 A declaração de inconstitucionalidade do título judicial em sede de exceção de pré-executividade	225
5.9 Controle concentrado de inconstitucionalidade de sentenças	227
5.10 Criação de remédio específico?	232
6 CONCLUSÃO	233
REFERÊNCIAS	237

